

Câmara dos Deputados

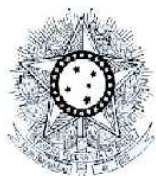
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

**Discurso proferido na sessão de 05 de dezembro de 1960,
publicado no DCD de 06 de dezembro de 1960, página 8974.**

O SR. JOSUÉ DE CASTRO (Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, no momento histórico que vive nosso País, nesta hora em que se apresta para, com todos os seus esforços, emancipar-se econômica e politicamente, e conquistar no concerto das nações o lugar que lhe compete, por suas tradições, por suas riquezas e, naturalmente, pela capacidade de iniciativa de seu povo, deve o Brasil, além de estruturar instituições internas à altura desse objetivo, também coordenar e orientar sua política exterior com objetividade, com segurança e com firmeza. Daí a necessidade de terem os homens responsáveis neste País, os representantes do povo e as elites governantes, consciência clara deste momento histórico. Precisamos, pois, visualizar não só a hora presente, as circunstâncias em que vivemos, nas quais todos os povos chamados subdesenvolvidos, que viveram sob o signo do colonialismo, se reúnam e juntem seus esforços no desejo incontido de libertação de qualquer forma de escravidão ou de subserviência, como também, ao lado do fato histórico, da hora histórica que vivemos, os aspectos geográficos, a posição que ocupa o Brasil no cenário do mundo. Estamos no continente americano. Fazemos parte desta grande família chamada dos países latino-americanos, que têm diante de si um grande futuro, um grande papel a cumprir. É preciso, pois, que o Brasil se compenetre de que, se de uma parte o mundo desperta, há esse despertar de consciência dos povos oprimidos, no desejo, como dizia, incontrolável de se libertar, o que vai obtendo pleno êxito com o crepúsculo, a agonia do colonialismo que se evidencia em todos os continentes, de outro lado devemos unir-nos, num espírito de compreensão dentro do panorama latino-americano, ou melhor, pan-americano, para que, com convicção, unidas essas forças umas às outras, as repúblicas latino-americanas possam reivindicar os seus direitos e apressar o seu processo de emancipação. Daí a importância do que se chama a política do pan-americanismo, mas de um pan-americanismo autêntico e não superado e vazio de sentido.

Permita-me, Sr. Presidente, que em breves minutos relembre a origem do pan-americanismo. Ele nasceu com o sentimento de nacionalismo e de emancipação anticolonialista. Foi nos princípios do século passado que as repúblicas latino-americanas começaram a lutar contra as metrópoles colonizadoras, que as exploravam como simples



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

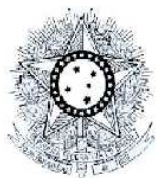
áreas de produtos de exportação para enriquecimento desses países industrializados, com as matérias-primas obtidas a preço vil. Começaram os países a emancipar-se. E foi nessa hora que nasceu, sob a iniciativa espontânea dos Estados Unidos da América, naquele ato do Presidente Monroe, o que se chamou pan-americanismo, ou Doutrina de Monroe, em 1823. O nosso país engatinhava; tinha dois anos apenas de independência, outros um pouco mais. Mas todos se felicitaram por encontrar na grande república irmã do hemisfério norte apoio ao seu desejo de emancipação e segurança contra as ameaças, que se esboçavam, de que os países europeus iriam retomar as suas colônias e de implantar seu jugo sobre os países recém-emancipados. Este movimento recebeu o apoio dos países latinos e se corporificou em princípios através dos quais os Estados Unidos se comprometiam a lutar e defender os países latino-americanos que fossem ameaçados em sua soberania.

Infelizmente, entretanto, isto não se passou. Os Estados Unidos se fizeram surdos várias vezes em que as repúblicas latino-americanas foram agredidas e em que, foram espoliadas de parte do seu território, como no caso das Ilhas Falkland que foram retomadas pela Inglaterra, sem que os Estados Unidos interviessem na defesa de um direito claro. Ademais, permaneceram várias colônias no continente americano quando a doutrina de Monroe dizia expressamente – eu desejo ler – que:

“O Continente Americano, pelas condições de liberdade e de independência que assume e mantém, não pode ser considerado como campo para futura colonização por parte de nenhuma potência européia”.

Sabemos, entretanto, que continua a haver colônias na América Central e na América do Sul – as Guianas – sem que os Estados Unidos da América pugnem pela emancipação desses povos. Assim, pouco a pouco o pan-americanismo foi-se esvaziando de conteúdo pelo não cumprimento de seus princípios, por falta de sentido de suas palavras, que eram ocas, nada significavam de substancial. Daí a necessidade da revisão do pan-americanismo para que lhe seja dado um conteúdo, não apenas histórico ou tradicional, mas que seja evidente, ativo e significando alguma coisa neste momento histórico em que a América se afirma como uma só vontade. E vontade de que? Vontade de emancipação e independência contra toda e qualquer forma de exploração colonial.

Daí, Sr. Presidente, a necessidade de que o Brasil – líder natural no concerto dos países americanos – analise os problemas da política externa com serenidade e com objetividade, com um mínimo de paixão e um máximo de consciência clara e nítida. Mas



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

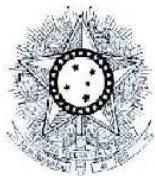
Escrevendo a História - Série Brasileira

consciência e ciência do que ardor cívico que, às vezes, não traduz mais do que arroubos de falso patriotismo. Devemos ver as coisas claras como são; devemos ver onde estão os perigos, os meios e os recursos dos quais podemos lançar mão para vencer essa situação difícil.

Daí a necessidade de atentarmos bem para o terrível e grave problema da República de Cuba; daí procurarmos visualizar o que se está passando em Cuba.

Sr. Presidente o que se está passando em Cuba não é senão uma distorção dos direitos mais autênticos de uma nação que quer apenas emancipar-se das tutelas estrangeiras colonialistas que oprimiram seu povo até recentes anos. Sabemos que, quando a República de Cuba se emancipou, em fins do século passado, foi com a ajuda dos Estados Unidos da América. Dois anos depois os Estados Unidos, que prometeram garantir a independência de Cuba, fizeram aprovar uma lei no seu Parlamento através da qual a soberania de Cuba era espezinhada. Por essa lei ficavam os Estados Unidos com direito de intervir em Cuba para reajustar as supostas distorções dos direitos do seu governo.

Ora, isso recebeu de logo o protesto do governo cubano. Mas, de lá até hoje Cuba nunca se emancipou e tinha grandes parcelas do seu território na posse de estrangeiros. Sua economia foi monopolizada pelo capitalismo imperialista norte-americano, que absorveu três quartas partes da produção nacional feita sob a forma da monocultura colonial do açúcar; que, por sua vez, açambarcava três quartas partes de todas as terras cultiváveis da nação. Daí a fome reinante em Cuba; daí o desemprego, fazendo que mais da metade da população vivesse cronicamente sem trabalho e três quartas partes também sem trabalho no chamado período morto da entressafra, quando as usinas param e quase toda a população não tem o que fazer. Não vou repetir aqui o que era o estado de miséria, de fome, de doença, de ignorância, de atraso em que vivia o povo cubano, nas suas malocas, nas suas choças, porque tem sido descrito inúmeras vezes. Quero apenas dizer que é humano e justo este povo um dia rebelar-se contra tal estado de coisas e, através de esforço hercúleo, emancipar-se e organizar um governo que limpe a nação do opróbrio dessa opressão do tipo colonial. Foi o que fez Cuba. Infelizmente, foi necessário mudar a estrutura, porque o problema era estrutural, e, ao tocar na estrutura através da reforma agrária, atingiu o monopólio e os interesses escusos dos grupos imperialistas do capitalismo de Wall Street. Como, lamentavelmente, os Estados Unidos da América hoje não estão realizando a missão histórica que lhes



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

conferiram os grandes fundadores da democracia no mundo, por intermédio da sua grande revolução, e confundem o interesse privado dos financistas de Wall Street com o interesse do povo americano, resolveram intervir em Cuba, através de uma campanha de difamação, através da coerção econômica e através de ameaças boicotando-a, para arruinar a sua economia. Isto fez com que Cuba, desesperada, procurasse novo mercado para seu açúcar, que encontrou detrás da cortina, no mundo socialista. Porque negociou com país socialista, porque fez o mesmo que os Estados Unidos da América, Cuba é tachada de comunista. É portanto uma interpretação falsa e de má fé. A revolução cubana não é comunista; é, sim, uma revolução de emancipação econômica. Está sendo levada para o lado dos comunistas pela pouca inteligência e compreensão do Departamento de Estado Norte-Americano, que não dá apoio àqueles que se querem emancipar, mas apoia os opressores, os ditadores, contra os interesses deste povo, levando-o ao desespero.

Veja-se o que aconteceu com o Japão, que foi levado ao fascismo e à guerra pela pressão do cerco de ferro da fome que os Estados Unidos lhe fizeram.

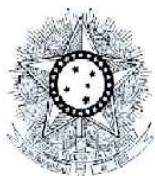
O mesmo fato está-se dando em Cuba. Os países latino-americanos devem alertar dos Estados Unidos e unir-se para não permitir que Cuba saia da família latino-americana porque aquela nação é, hoje, a expressão máxima das aspirações de todos os povos latino-americanos – aspirações de independência, de liberdade, de autodeterminação e de autogoverno.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que tenho a honra de trazer ao conhecimento do Congresso Nacional um documento, assinado por algumas das mais significativas figuras das elites e das massas do nosso País. Esse documento diz o seguinte:

“Brasileiros!

Neste momento de perigo para a paz e a tranquilidade dos povos americanos, quando a República de Cuba se vê ameaçada em sua soberania e cercada no seu direito inalienável de autodeterminação, o Brasil deve estar alerta para, coeso, defender o princípio fundamental de que cada povo é o senhor absoluto de seu destino.

O princípio da não-intervenção nos assuntos internos de cada nação, postulado profundamente arraigado em nossas consciências, impõe uma tomada de posição firme e altiva do Brasil pela intangibilidade da soberania da pátria de José Martí. Com tal objetivo e visando estreitar cada vez mais os laços de solidariedade fraterna que nos unem ao nobre povo cubano, convocamos todos os brasileiros, sejam quais forem as



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

suas convicções políticas ou ideológicas, a se manifestarem vigorosamente o seu apoio a um grande movimento de opinião pública contra qualquer ingerência estrangeira, seja econômica, diplomática ou militar, nos destinos políticos da gloriosa República de Cuba, e a prestigiarem as atividades da “Comissão Brasileira Contra a Intervenção em Cuba”, entidade que ora se constitui em defesa desses sagrados princípios.

- a) Deputado Josué de Castro; Senadores, Lourival Fontes, Antônio Baltar e Camilo Nogueira Gama; Deputados Federais: Bento Gonçalves, Artur Virgílio, Sérgio Magalhães, Barbosa Lima Sobrinho, Vasconcelos Torre, José Joffily, Coutinho Cavalcanti, Ramon de Oliveira Neto, Celso Brant, Waldir Pires, Ivete Vargas, Domingos Vellasco, Aderbal Jurema, Adílio Viana, Jonas Bahiense, Floriceno Paixão, Waldir Simões, Tamperni Pereira, Sílvio Braga, Licio Hauer, Clidenor de Fleiras, Almino Affonso, Dagoberto Sales, Salvador Losacco, Cesar Prieto, Antonio Baby, Campos Vergal, Humberto Lucena, Aarão Steinbruck, Sousa Leão, Teobaldo Neumann, Milton Reis, Breno da Silveira, Rosendo Monteiro, Henrique de La Roque, Lustosa Sobrinho, Hermógenes Príncipe, Clóvis Mota, Euzébio Rocha, Clélio Lemos, Saturnino Braga, Jacob Frantz, Adail Barreto, Eloy Dutra, Fernando Santana, Wilson de Sá Sena; Álvaro Lins, escritor; Oscar Niemeyer, arquiteto; Evandro Lins e Silva, jurista; Oliveiras Guanais de Aguiar, Presidente da U.N.E.; Rafael Martinelli, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários; Humberto Menezes Pinheiro, Presidente da C.O.N.T.E.C.”.

Seguem-se centenas de outras assinaturas.

Esse documento exprime parcela apreciável da vontade do nosso povo. Por isso, da tribuna desta Casa, que deve fazer eco à vontade do povo, conclamamos os homens livres do Brasil para que meditem serenamente sobre esse problema e apoiem um revolução que é um anseio não só do povo de Cuba, mas de todos os povos latino-americanos. (Muito bem; muito bem. Palmas).